

8 — Sempre que não se verifique a existência da prática de um ato de agressão no prazo de seis meses a contar da data da notificação, o Procurador pode abrir um inquérito em relação a um crime de agressão desde que a Secção de Instrução tenha autorizado a abertura do inquérito em relação a um crime de agressão segundo o procedimento previsto no artigo 15.º, e salvo decisão em contrário do Conselho de Segurança, em conformidade com o artigo 16.º

9 — A verificação da existência da prática de um ato de agressão por um órgão externo ao Tribunal não afeta as conclusões do Tribunal ao abrigo do presente Estatuto.

10 — O presente artigo não afeta as disposições relativas ao exercício da jurisdição em relação aos outros crimes referidos no artigo 5.º»

4 — Após o artigo 15.º *bis* aditar o texto que se segue:

«Artigo 15.º *ter*

Exercício da jurisdição em relação ao crime de agressão
(reenvio pelo Conselho de Segurança)

1 — O Tribunal pode exercer a sua jurisdição em relação ao crime de agressão, em conformidade com a alínea *b*) do artigo 13.º, sob reserva do disposto no presente artigo.

2 — O Tribunal só pode exercer a sua jurisdição em relação aos crimes de agressão cometidos um ano após as alterações terem sido ratificadas ou aceites por trinta Estados Partes.

3 — O Tribunal exerce a sua jurisdição em relação ao crime de agressão, em conformidade com o presente artigo, sob reserva de uma decisão a ser tomada após 1 de janeiro de 2017 pela mesma maioria de Estados Partes que aquela que é exigida para a adoção de uma alteração ao Estatuto.

4 — A verificação da existência da prática de um ato de agressão por um órgão externo ao Tribunal não afeta as conclusões do Tribunal ao abrigo do presente Estatuto.

5 — O presente artigo não afeta as disposições relativas ao exercício da jurisdição em relação aos outros crimes referidos no artigo 5.º»

5 — Após o n.º 3 do artigo 25.º do Estatuto aditar o texto que se segue:

«3 *bis*. No que respeita ao crime de agressão, o disposto no presente artigo aplica-se apenas às pessoas que se encontrem em posição de controlar ou conduzir de forma efetiva a ação política ou militar de um Estado.»

6 — A primeira frase do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto passa a ter a seguinte redação:

«1 — Os elementos constitutivos dos crimes auxiliam o Tribunal na interpretação e aplicação dos artigos 6.º, 7.º, 8.º ou 8.º *bis*.»

7 — Substituir o parágrafo introdutório do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto pelo seguinte parágrafo, permanecendo o resto do número inalterado:

«3 — O Tribunal não pode julgar uma pessoa que já tenha sido julgada por outro tribunal por atos também punidos pelos artigos 6.º, 7.º, 8.º ou 8.º *bis*, a menos que o processo nesse outro tribunal:»

Resolução da Assembleia da República n.º 32/2017

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Moldova sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias, assinado em Lisboa, em 28 de maio de 2014.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Moldova sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias, assinado em Lisboa, em 28 de maio de 2014, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, romena e inglesa, se publica em anexo.

Aprovada em 7 de dezembro de 2016.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA MOLDOVA SOBRE TRANSPORTES INTERNACIONAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS

A República Portuguesa e a República da Moldova, doravante designadas por «Partes»:

Desejando contribuir para o desenvolvimento do comércio e das relações económicas entre os dois países;

Determinadas em promover a colaboração nos transportes rodoviários no quadro da economia de mercado;

Empenhadas em promover a proteção ambiental, a utilização racional de energia, a segurança rodoviária, incluindo a melhoria das condições de condução e as disposições sociais em matéria de tempos de condução e períodos de repouso;

Reconhecendo as vantagens mútuas e o interesse de um acordo sobre transportes rodoviários;

acordam no seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Acordo aplica-se ao transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias e confere, aos transportadores estabelecidos no território de qualquer das Partes, o direito de transportar passageiros ou mercadorias por estrada, entre os territórios das Partes ou em trânsito através desses territórios.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

a) «Transportador», qualquer pessoa singular ou coletiva devidamente autorizada, quer na República Portuguesa, quer na República da Moldova, a:

- i*) Exercer a atividade de transporte internacional rodoviário de passageiros ou de mercadorias por conta de outrem;
- ii*) Efetuar transportes por conta própria;

b) «Veículo»:

i) No caso do transporte de passageiros, qualquer veículo automóvel destinado ao transporte de passageiros, com mais de nove lugares sentados, incluindo o lugar do condutor;

ii) No caso do transporte de mercadorias, qualquer camião, trator, reboque ou semirreboque, bem como qualquer veículo articulado ou conjunto camião-reboque, na condição de pelo menos o veículo automóvel estar matriculado no território de uma das Partes e ser propriedade de um transportador ou estar ao seu dispor mediante contrato de *leasing* ou de alugar;

c) «Cabotagem», o serviço de transporte efetuado por um transportador de uma das Partes entre dois pontos situados no território da outra Parte;

d) «Trânsito», o transporte efetuado por um transportador estabelecido numa das Partes, através do território da outra Parte, sem aí tomar ou largar quaisquer passageiros ou mercadorias;

e) «Transporte triangular», o transporte efetuado por um transportador estabelecido no território de uma das Partes, entre o território da outra Parte e um país terceiro, desde que o território da outra Parte seja destino ou origem da operação de transporte.

CAPÍTULO II

Transporte de passageiros

Artigo 3.º

Tipos de serviços

1 — Os serviços de transporte de passageiros a efetuar ao abrigo do presente Acordo podem ser:

- a) Serviços regulares;
- b) Serviços ocasionais.

2 — «Serviços regulares» são serviços que asseguram o transporte de passageiros em percursos estabelecidos, de acordo com itinerários, horários, tarifas e pontos de paragem para o embarque e desembarque de passageiros, previamente determinados.

3 — «Serviços ocasionais» são serviços que não são abrangidos pela definição de serviços regulares.

Artigo 4.º

Regime de autorização

1 — Sem prejuízo das exceções referidas no n.º 1 do artigo 5.º, quaisquer serviços de transporte de passageiros efetuados ao abrigo do presente Acordo estão sujeitos a uma autorização, a conceder pela autoridade competente da outra Parte, com base no princípio da reciprocidade.

2 — No que respeita a serviços regulares:

a) O estabelecimento de um serviço regular, bem como a alteração das respetivas condições de exploração, será autorizado de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes, na condição de se obter, sempre que necessário, a aprovação das autoridades competentes dos países de trânsito;

b) Uma autorização concedida pela autoridade competente de uma Parte só será válida para o segmento do percurso situado no seu território;

c) A autorização de cada serviço regular será concedida com base no princípio da reciprocidade, salvo se alguma situação concreta impedir a aplicação desse princípio, caso em que a autorização será concedida ao requerente;

d) O prazo de validade de uma autorização não pode exceder cinco anos.

3 — No que respeita a serviços ocasionais:

a) Os serviços ocasionais entre os dois países ou em trânsito através dos seus territórios, efetuados ao abrigo do presente Acordo, sem prejuízo das exceções referidas no n.º 1 do artigo 5.º, estão sujeitos a uma autorização a conceder pela autoridade competente da outra Parte, com base no princípio da reciprocidade;

b) As autorizações concedidas pelas autoridades competentes das Partes só serão válidas para o segmento do percurso situado no seu território;

c) Cada autorização emitida para a realização de um serviço ocasional será válida para uma única viagem, a menos que na autorização se disponha de forma diferente;

d) Cada autorização deverá ser numerada, assinada e carimbada pela autoridade competente que a emite.

Artigo 5.º

Serviços de transporte isentos do regime de autorização

1 — Não necessitam de autorização os seguintes serviços ocasionais:

a) «Circuitos em portas fechadas», isto é, serviços em que um mesmo veículo transporta um mesmo grupo de passageiros em toda a viagem, reconduzindo-os ao ponto de partida, desde que o local de partida e o de destino estejam situados no território da Parte em que o veículo está matriculado;

b) Serviços que comportem uma viagem em carga de um local de partida situado no território da Parte em que o veículo está matriculado para um local de destino situado no território da outra Parte, seguida de uma viagem de retorno em vazio ao local de partida;

c) Serviços que comportem uma viagem de entrada em vazio no território da outra Parte, seguida de uma viagem em carga, desde que todos os passageiros sejam tomados no mesmo lugar e que:

i) Sejam agrupados por contrato de transporte celebrado antes da sua entrada no território da outra Parte; ou

ii) Tenham sido previamente transportados pelo mesmo transportador para o território da outra Parte; ou

iii) Tenham sido convidados para se deslocar ao território da Parte na qual o transportador está estabelecido, sendo o custo do transporte suportado pela entidade que formulou o convite.

d) As viagens em vazio efetuadas por um veículo de passageiros enviado para substituir um veículo avariado num outro país, a fim de prosseguir o transporte de passageiros ao abrigo da folha de itinerário do veículo avariado.

2 — Os serviços isentos de autorização nos termos do n.º 1 do presente artigo serão efetuados a coberto de um documento de controlo, a definir pela Comissão Mista estabelecida no artigo 17.º do presente Acordo.

CAPÍTULO III

Transporte de mercadorias

Artigo 6.º

Regime de autorização

1 — Sem prejuízo das exceções referidas no artigo 7.º, o transporte de mercadorias por conta de outrem ou por conta própria, efetuado ao abrigo do presente Acordo, por um transportador estabelecido no território de uma das Partes, por meio de um veículo automóvel matriculado nessa mesma Parte, está sujeito a autorização concedida pela autoridade competente da outra Parte, nos limites do contingente a fixar anualmente de comum acordo entre as autoridades competentes das Partes.

2 — Uma parte do contingente, referido no n.º 1 do presente artigo, pode ser utilizado, pelos transportadores estabelecidos no território de uma das Partes, para efetuar operações de transporte entre o território da outra Parte e um país terceiro (transporte triangular).

3 — As autoridades competentes de ambas as Partes podem acordar nos dois tipos de autorização seguintes:

- a) Autorizações por viagem, válidas para uma só viagem; ou
- b) Autorizações a prazo, válidas para o respetivo ano civil.

4 — Cada autorização é válida de 1 de janeiro de cada ano a 31 de janeiro do ano subsequente.

5 — Os modelos das autorizações e dos documentos de controlo previstos no presente Acordo serão definidos pela Comissão Mista estabelecida no artigo 17.º do presente Acordo.

Artigo 7.º

Serviços de transporte isentos de autorização

1 — Os seguintes transportes estão isentos de autorização:

- a) Transporte de mercadorias por meio de veículos automóveis cujo peso máximo autorizado, incluindo os reboques, não exceda 3,5 t;
- b) Transporte ou reboque de veículos danificados ou avariados, desde que efetuado por veículos especializados em assistência;
- c) Viagens em vazio efetuadas por um veículo enviado para substituir um veículo avariado noutra parte, bem como a viagem de regresso, após reparação do veículo avariado;
- d) Transporte de artigos e equipamentos médicos necessários em situações de emergência, particularmente em resposta a desastres naturais e prestação de ajuda humanitária;
- e) Transporte de obras e objetos destinados a feiras e exposições;
- f) Transporte sem fins comerciais de material, acessórios e animais de ou para atividades teatrais, musicais, cinematográficas, desportivas, circenses ou feiras, bem como transporte de material destinado a gravações radiofónicas ou a produções cinematográficas ou televisivas;
- g) Transporte de correio como serviço público;
- h) Transportes funerários.

2 — As exceções referidas nas alíneas e) e f) do presente artigo apenas são válidas se as mercadorias regressarem ao

país onde o veículo está matriculado, ou se forem transportadas para o território de um país terceiro.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Artigo 8.º

Cabotagem

A realização de serviços de transporte efetuados por um transportador de uma das Partes entre dois pontos situados no território da outra Parte é proibida, a menos que a autoridade competente desta outra Parte o tenha especificamente autorizado.

Artigo 9.º

Regime fiscal

1 — Os veículos matriculados no território de uma Parte e que sejam temporariamente importados no território da outra Parte para efetuar serviços de transporte, em conformidade com o presente Acordo, serão isentos, de acordo com o princípio da reciprocidade, dos impostos sobre a posse e circulação de veículos, cobrados no território da outra Parte.

2 — As disposições do n.º 1 do presente artigo não se aplicam a portagens ou outras taxas relacionadas com a utilização de autoestradas, pontes, túneis, e outras infraestruturas semelhantes, nem a serviços efetuados por veículos cujo peso e ou dimensões excedam os limites máximos admitidos no território da outra Parte, ou que transportem mercadorias perigosas. Estes custos serão cobrados com base no princípio da não discriminação.

Artigo 10.º

Regime aduaneiro

1 — No caso dos transportes efetuados ao abrigo do presente Acordo, será concedida, reciprocamente, franquia dos direitos de importação e de outras imposições:

- a) Ao carburante contido nos reservatórios normais dos veículos que tenham sido montados pelo construtor do veículo;
- b) Aos lubrificantes na quantidade necessária para assegurar a manutenção do veículo durante a viagem;
- c) Às peças sobressalentes e aos instrumentos destinados à reparação dos veículos que efetuem transportes internacionais.

2 — Cada Parte autorizará a importação temporária de peças sobressalentes destinadas à reparação dos veículos que efetuem transportes internacionais ao abrigo do presente Acordo, na condição de as peças não utilizadas ou as que tiverem sido substituídas serem reexportadas ou destruídas, em conformidade com a legislação em vigor no território da Parte em causa.

Artigo 11.º

Pesos e dimensões dos veículos

1 — No que respeita aos pesos e às dimensões dos veículos, cada Parte compromete-se a não sujeitar os veículos matriculados na outra Parte a condições mais restritivas do que as impostas aos veículos matriculados no seu próprio país.

2 — Sempre que o peso e/ou as dimensões de um veículo de uma das Partes, em carga ou em vazio, excedam os limites máximos admitidos no território da outra Parte, é necessária uma autorização especial da autoridade competente dessa Parte.

3 — Sempre que na autorização se determinar um itinerário específico a ser utilizado pelo veículo, a autorização só é válida para esse itinerário.

Artigo 12.º

Regime sancionatório

1 — Se um transportador de uma das Partes ou o seu pessoal de condução infringir, no território da outra Parte, as disposições do presente Acordo ou da sua legislação nacional, a autoridade competente da Parte na qual o transportador está estabelecido deverá, a pedido da autoridade competente da outra Parte, adotar uma das seguintes medidas:

- a) Emissão de uma advertência; ou
- b) Supressão, temporária ou definitiva, parcial ou total, do direito de efetuar transportes ao abrigo do presente Acordo no território da Parte na qual foi cometida a infração.

2 — A autoridade competente que solicitou a aplicação de uma sanção será informada, logo que possível, da sua efetiva aplicação.

3 — As disposições do presente artigo aplicam-se sem prejuízo de quaisquer sanções previstas na legislação em vigor na Parte em cujo território foi cometida a infração.

Artigo 13.º

Controlo

As autorizações, ou a respetiva cópia certificada no caso dos serviços regulares de passageiros, bem como todos os documentos de controlo exigíveis nos termos do presente Acordo, deverão ser conservados a bordo do veículo e ser apresentados às autoridades de controlo sempre que estas o solicitarem.

Artigo 14.º

Disposições supletivas

1 — A legislação em vigor em ambas as Partes aplica-se em todos os assuntos que não são regulados pelas disposições do presente Acordo ou por outros acordos internacionais que vinculem as Partes.

2 — As autorizações, conforme estabelecido pelas disposições do presente Acordo, são pessoais e intransmissíveis.

Artigo 15.º

Autoridades competentes

1 — As autoridades competentes para aplicar o presente Acordo são:

- a) Pela República Portuguesa:

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., Av. das Forças Armadas, 40, 1649-022 Lisboa, Ph.: 00351-21-7949000, Fax: 00351-21-7949003;

- b) Pela República da Moldova:

Ministry of Transport and Road Industry, 162, Stefan cel Mare și Sfînt Bd., MD-2004, Chisinau, Ph.: 00373-22-820711, Fax: 00373-22-546564.

2 — As autoridades competentes, referidas no n.º 1 do presente artigo, contactar-se-ão diretamente.

Artigo 16.º

Aplicação do Acordo

As autoridades competentes das Partes manter-se-ão mutuamente informadas relativamente a qualquer alteração nas respetivas legislações nacionais que afete a aplicação do presente Acordo.

Artigo 17.º

Comissão Mista

1 — É instituída uma Comissão Mista, composta por representantes de ambas as Partes, a fim de definir as condições de aplicação do presente Acordo, nomeadamente sob a forma de um Protocolo.

2 — Podem ser convidados a participar nas reuniões da Comissão Mista representantes de outras instituições.

3 — A Comissão Mista é competente para:

- a) Emitir recomendações sobre o estabelecimento de serviços regulares de passageiros, nomeadamente no que respeita às suas condições operacionais;
- b) Estabelecer um contingente anual conforme referido no artigo 6.º;
- c) Submeter para aprovação alterações às listas de serviços de transporte isentos de autorização previstas nos artigos 5.º e 7.º;
- d) Definir os modelos de autorização e os documentos de controlo referidos no n.º 5 do artigo 6.º;
- e) Fixar as condições para autorização dos transportes triangulares;
- f) Resolver eventuais divergências decorrentes da aplicação do presente Acordo;
- g) Adotar as medidas necessárias à promoção dos transportes internacionais de mercadorias e de passageiros, entre os territórios das Partes.

4 — A Comissão Mista reunir-se-á alternadamente nos territórios das Partes, a pedido da autoridade competente de qualquer uma das Partes.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 18.º

Resolução de conflitos

1 — Qualquer conflito relativo à interpretação ou aplicação do presente Acordo deverá ser resolvido no âmbito da Comissão Mista.

2 — Se a Comissão Mista não conseguir chegar a acordo, as Partes deverão resolver o conflito através da negociação, por via diplomática.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a receção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos todos os requisitos de direito interno de ambas as Partes.

Artigo 20.º

Compatibilidade com outras convenções

As disposições do presente Acordo não afetarão os direitos e obrigações das Partes decorrentes de outras convenções internacionais de que elas sejam parte.

Artigo 21.º

Revisão

1 — A pedido de qualquer uma das Partes, o presente Acordo pode ser objeto de revisão com base no mútuo consentimento escrito das duas Partes.

2 — As emendas entrarão em vigor de acordo com o disposto no artigo 19.º do presente Acordo.

Artigo 22.º

Vigência e denúncia

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.

2 — Qualquer Parte poderá denunciar o presente Acordo com uma antecedência mínima de três meses antes do termo de cada ano civil.

3 — A denúncia do Acordo é notificada, por escrito e por via diplomática, e produz efeitos no dia 1 de janeiro do ano subsequente.

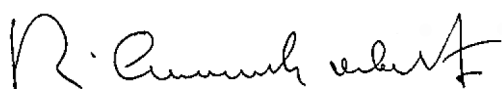
Artigo 23.º

Registo

A Parte em cujo território o presente Acordo é assinado deverá submetê-lo para registo junto do Secretariado das Nações Unidas, em conformidade com o artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento, e indicar-lhe o respetivo número de registo.

Feito em Lisboa, em 28 de maio de 2014, em dois originais, nas línguas portuguesa, romena e inglesa, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação, prevalece a versão inglesa do Acordo.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Moldova:



ACORD ÎNTE REPUBLICA PORTUGHEZĂ ȘI REPUBLICA MOLDOVA PRIVIND TRANSPORTURILE INTERNAȚIONALE RUTIERE DE PASAGERI ȘI DE MĂRFURI

Republica Portugheză și Republica Moldova, denumite în continuare “Părți”:

Dorind să contribuie la dezvoltarea comerțului și a relațiilor economice între două țări;

Fiind hotărâte să promoveze colaborarea în domeniul transporturilor rutiere în cadrul economiei de piață;

Preocupate de protecția mediului, utilizarea rațională a energiei, securitatea rutieră și îmbunătățirea condițiilor de muncă a conducătorilor auto;

Recunoscând interesul și avantajele reciproce ale unui acord privind transporturile rutiere;

au convenit asupra celor ce urmează:

CAPITOLUL I

Prevederi generale

Articolul 1

Scop

Prezentul Acord se aplică la transporturile internaționale rutiere de pasageri și mărfuri și împuternicește transportatori stabiliți pe teritoriul uneia din Părți să efectueze transporturi rutiere de pasageri și mărfuri între teritoriile Părților sau în tranzit prin acestea.

Articolul 2

Definiții

În sensul prezentului Acord:

a) “transportator” este orice persoană fizică sau juridică înregistrată în mod corespunzător și autorizată pe teritoriul uneia din Părți;

i) de a efectua transporturi internaționale rutiere de pasageri sau de mărfuri prin închiriere sau remunerare;

ii) de a efectua transporturi pe cont propriu;

b) “vehicul” înseamnă:

i) în cazul transportului de pasageri, orice autovehicul destinat transportului de pasageri cu mai mult de nouă locuri — inclusiv locul conducătorului auto;

ii) în cazul transportului de mărfuri, orice camion, tractor, remorcă sau semiremorcă, precum și orice vehicul menționat sau o combinație a camionului și remorcii, cu condiția ca cel puțin autovehiculul este înregistrat pe teritoriul uneia din Părți și aparține transportatorului sau este pus la dispoziția acestuia printr-un contract de leasing sau închiriere;

c) “cabotaj” înseamnă servicii de transport efectuate de către un transportator al uneia din Părți între două puncte situate pe teritoriul celeilalte Părți.

d) “tranzit” este transport efectuat de către un transportator stabilit în una din Părți prin teritoriul celeilalte Părți fără a îmbarca sau debarca acolo careva pasageri sau mărfuri.

e) “transport triunghiular” este transport efectuat de către un transportator înregistrat în una din Părți între teritoriul celeilalte Părți și teritoriul unei țări terțe, cu condiția

că teritoriul celeilalte Părți este sau teritoriul de destinație sau teritoriul de origine a transportatorului.

CAPITOLUL II

Transportul de pasageri

Articolul 3

Tipuri de servicii

1 — Serviciile de transport de pasageri care urmează să fie efectuate în conformitate cu prevederile prezentului Acord, pot fi:

- a) servicii regulate;
- b) servicii ocazionale.

2 — “Servicii regulate” sînt serviciile care asigură transportul de pasageri pe rutele specificate, în conformitate cu itinerarul, orarul, tarifele și punctele de staționare pentru îmbarcarea și debarcarea pasagerilor, care sînt stabilite în prealabil.

3 — “Servicii ocazionale” sînt serviciile care nu se includ în definiția serviciilor regulate.

Articolul 4

Regimul de autorizații

1 — În afară de excepțiile menționate în alineatul 1 al articolului 5, orice servicii ale transportului de pasageri efectuate în conformitate cu prezentul Acord sînt supuse unei autorizații, eliberate de către autoritatea competentă a celeilalte Părți în bază de reciprocitate.

2 — În ceea ce privește serviciile regulate:

a) instituirea unui serviciu regulat, precum și modificarea condițiilor de operare ale acestuia, vor fi autorizate, de comun acord între autoritățile competente ale Părților, cu condiția obținerii unei aprobări, în caz de necesitate, de la autoritățile competente ale țărilor de tranzit;

b) autorizația eliberată de către organul competent al unei Părți, va fi valabilă pentru partea traseului situată pe teritoriul respectivei Părți;

c) autorizația pentru fiecare serviciu regulat va fi eliberată în baza principiului de reciprocitate, dacă nu vor apărea situații concrete care pot împiedica punerea în aplicare a acestui principiu, în aceste situații, autorizațiile urmează a fi acordate solicitantului;

d) termenul de valabilitate a unei autorizații nu poate depăși perioada de cinci ani.

3 — În ceea ce privește serviciile ocazionale:

a) servicii ocazionale între cele două țări sau în tranzit prin teritoriile lor, efectuate în conformitate cu prezentul Acord, în afară de excepțiile prevăzute în alineatul 1 al articolului 5, sînt supuse unei autorizații eliberate de către autoritatea competentă a celeilalte Părți în baza principiului de reciprocitate;

b) autoritățile competente ale Părților eliberează autorizații transportatorilor pentru traseul de pe teritoriile lor;

c) fiecare serviciu ocazional are nevoie de o autorizație separată, valabilă doar pentru o călătorie, dacă un alt regim nu este prevăzut în autorizație;

d) fiecare autorizație trebuie să fie numerotată, semnată și ștampilată de către autoritatea competentă care a eliberat această autorizație.

Articolul 5

Servicii de transport scutite de autorizații

1 — Următoarele servicii ocazionale nu necesită autorizare:

a) “călătorii cu ușile închise”, adică serviciile în timpul cărora același vehicul transportă același grup de pasageri pe parcursul întregii călătorii și îl aduce înapoi la punctul de plecare, cu condiția că punctul de plecare și de destinație să fie situat pe teritoriul Părții unde vehiculul este înregistrat;

b) servicii care implică o călătorie cu încărcătură de la un punct de plecare situat pe teritoriul Părții unde vehiculul este înregistrat într-un punct de destinație situat pe teritoriul celeilalte Părți, urmată de o călătorie retur fără pasageri sau marfă la locul de plecare;

c) servicii care implică o călătorie fără încărcătură de intrare pe teritoriul celeilalte Părți, urmată de o călătorie cu încărcătură, cu condiția că toți pasagerii sînt îmbarcați în același punct, și că:

i) aceștia sînt grupați printr-un contract de transport încheiat înainte de a intra pe teritoriul celeilalte Părți; sau

ii) aceștia au fost transportați în prealabil de către același transportator pe teritoriul celeilalte Părți; sau

iii) aceștia au fost invitați să intre pe teritoriul acelei Părți unde este stabilit transportatorul, cheltuielile pentru transport fiind suportate de persoana responsabilă de invitație;

d) parcursul fără încărcătură al unui vehicul de pasageri trimis pentru a înlocui un vehicul, care s-a defectat într-o altă țară, cu scopul de a continua transportul pasagerilor, în conformitate cu foia de drum a vehiculului defectat.

2 — Servicii scutite de autorizație, în conformitate cu prevederile punctului 1 al prezentului articol să fie efectuate, conform unui document de control care urmează să fie stabilit de către Comisia mixtă, menționată în articolul 17 al prezentului Acord.

CAPITOLUL III

Transportul de mărfuri

Articolul 6

Regimul de autorizații

1 — În afară de excepțiile prevăzute în articolul 7, transporturile de mărfuri prin închiriere, pentru remunerare sau pe cont propriu efectuate în conformitate cu prevederile prezentului Acord de către un transportator stabilit pe teritoriul uneia din Părți, prin intermediul unui autovehicul înregistrat în aceeași Parte, sînt supuse unei autorizații eliberate de autoritatea competentă a celeilalte Părți, în limitele cotei stabilite anual de comun acord între autoritățile competente ale Părților.

2 — O parte din cota menționată în aliniatul 1 al acestui articol poate fi utilizată de către transportorii stabiliți pe teritoriul uneia din Părți de a efectua transporturi între teritoriul celeilalte Părți și țara terță (transporturi triunghiulare).

3 — Autoritățile competente ale ambelor Părți pot conveni asupra următoarelor două tipuri de autorizații:

- a) autorizații de călătorie, valabile pentru o călătorie; sau
- b) autorizații anuale, valabile pentru anul calendaristic respectiv.

4 — Perioada de valabilitate a fiecărei autorizații este de la 1 ianuarie a fiecărui an pînă la 31 ianuarie a anului viitor.

5 — Formularele de autorizații, precum și ale documentelor de control, în conformitate cu prezentul Acord, urmează să fie stabilite de către Comisia mixtă, menționată în articolul 17 al prezentului Acord.

Articolul 7

Servicii de transport scutite de autorizații

1 — Următoarele transporturi sînt scutite de autorizații:

a) transportul de mărfuri efectuate de către un autovehicul al cărui Greutatea Încărcăturii Totale Admise (TPLW), inclusiv cu remorcă, nu depășește 3,5 tone;

b) transportul vehiculelor avariate sau care s-a defectat de către vehiculele specializate pentru reparația celor defectate;

c) parcursul fără încărcătură al unui vehicul de mărfuri trimis pentru a înlocui un vehicul, care s-a defectat într-o altă țară, precum și călătoria retur, după reparație, a vehiculului care s-a defectat.

d) transportul de medicamente și echipamente medicale necesare pentru situații excepționale, în particular, în cazurile unor dezastre naturale, precum și pentru ajutor umanitar;

e) transportul de lucrări și obiecte pentru târguri și expoziții;

f) transportul cu scopuri non-comerciale al materialelor, accesoriilor și animalelor la sau de la evenimente teatrale, muzicale, de film, sportive, de circ sau târguri, precum și transportul materialelor destinate unor înregistrări radio sau de televiziune sau pentru producerea filmelor;

g) transportul poștei, ca serviciu public;

h) transportul funerar.

2 — Excepțiile prevăzute de sub-alineatele e) și f) ale prezentului articol sînt valabile doar în cazul cînd mărfurile urmează să fie întoarse în țara de înmatriculare a vehiculului sau sînt transportate pe teritoriul unei țări terțe.

CAPITOLUL IV

Prevederi generale

Articolul 8

Cabotaj

Efectuarea serviciilor de transport de către un transportator al uneia din Părți între două puncte situate pe teritoriul celeilalte Părți este interzisă, cu excepția cazurilor cînd este eliberată o autorizație specială de către autoritatea competentă a ultimei Părți.

Articolul 9

Regimul fiscal

1 — Vehiculele care sunt înmatriculate pe teritoriul unei Părți și care sînt temporar admise pe teritoriul celeilalte Părți pentru a efectua servicii de transport, în conformitate cu prezentul Acord, vor fi scutite, în baza principiului de reciprocitate, de plata taxelor pentru posesia și circulația vehiculelor, percepute pe teritoriul celeilalte Părți.

2 — Prevederea alineatului 1 al prezentului articol nu se aplică la taxele de folosire a rețelelor rutiere, infrastructurii similare, podurilor și tunelurilor, nici la servicii efectuate de către vehiculele grele și cu dimensiuni non-standard, nici

la vehiculele care transportă mărfuri periculoase, care vor fi percepute în baza principiului de non-discriminare.

Articolul 10

Regim vamal

1 — În operațiunile de transport efectuate în conformitate cu prezentul Acord, scutirile de taxe la import, precum și de alte taxe vor fi reciproc acordate:

a) combustibilul conținut în rezervoarele standard ale vehiculelor, care au fost instalate de către producătorul vehiculului;

b) lubrifianții în cantitatea necesară pentru a asigura întreținerea vehiculului pe parcursul călătoriei;

c) piese de schimb și instrumente pentru repararea unui vehicul care efectuează operațiuni de transport internațional.

2 — Fiecare Parte va permite admiterea temporară de piese de schimb pentru repararea unui vehicul care efectuează operațiuni de transport internațional, conform prezentului Acord, cu condiția ca piesele neutilizate sau cele care au fost înlocuite, să fie reexportate sau distruse, în conformitate cu legislația în vigoare de pe teritoriul Părții respective.

Articolul 11

Greutatea și dimensiunile vehiculelor

1 — În ceea ce privește greutatea și dimensiunile vehiculelor, fiecare Parte se obligă să nu impună vehiculelor înregistrate pe teritoriul celeilalte Părți condiții mai stricte decât cele impuse vehiculelor înregistrate în propria țară.

2 — În cazul în care greutatea și/sau dimensiunile unui vehicul al uneia din Părți, încărcat sau descărcat, depășesc limitele maxime admise pe teritoriul celeilalte Părți, este necesară o autorizație specială eliberată de autoritatea competentă a acestei Părți.

3 — Dacă autorizația prevede că vehiculul trebuie să urmeze un anumit itinerar, aceasta va fi valabilă numai pentru acest itinerar.

Articolul 12

Sancțiuni

1 — În cazul cînd un transportator al uneia din Părți, sau personalul acestuia de conducere, aflându-se pe teritoriul celeilalte Părți, încalcă prevederile prezentului Acord sau ale legislației naționale a acestei Părți, autoritatea competentă a Părții în care transportorul este stabilit, va trebui, la solicitarea autorității competente a celeilalte Părți, să aplice una din următoarele sancțiuni:

a) să impună o avertizare; sau

b) să retragă, temporar sau permanent, parțial sau total, dreptul de a efectua transporturi, în conformitate cu prevederile prezentului Acord, pe teritoriul Părții, unde a fost comisă încălcarea.

2 — Autoritatea competentă care a solicitat aplicarea unei sancțiuni să fie informată, cît mai curînd posibil, despre aplicarea efectivă a sancțiunii.

3 — Prevederile prezentului articol vor fi aplicate fără a pune la îndoială orice sancțiune prevăzută de legislația națională a Părții pe teritoriul căreia a fost comisă încălcarea.

Articolul 13

Control

Autorizațiile — sau o copie certificată a acestora, în cazul serviciilor regulate de pasageri — precum și orice document de control, necesare în conformitate cu prevederile prezentului Acord, vor fi păstrate la bordul vehiculului și prezentate la solicitarea autorităților de control.

Articolul 14

Prevederi suplimentare

1 — Legile în vigoare ale ambelor Părți se vor aplica în toate cazurile care nu sînt reglementate de prevederile prezentului Acord sau prin alte acorduri internaționale, care sînt obligatorii pentru ambele Părți.

2 — Autorizațiile și permisele, necesare în conformitate cu prevederile prezentului Acord, sînt personalizate și nu sînt transferabile.

Articolul 15

Autorități competente

1 — Autoritățile competente pentru implementarea acestui Acord sînt:

a) Pentru Republica Portugheză:

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., Av. das Forças Armadas, 40, 1649-022 Lisboa, Tel.: 00351-21-7949172/3, Fax:00351-21-7949003

b) Pentru Republica Moldova:

Ministerul Transporturilor și Infrastructurii Drumurilor, Bd. Ștefan cel Mare și Sfînt, 162, MD-2004, Chișinău, Tel.: 00373-22-820702, Fax:00373-22-546564

2 — Autoritățile competente prevăzute în alineatul 1 al acestui articol, vor contacta una pe alta în mod direct.

Articolul 16

Implementarea Acordului

Autoritățile competente ale Părților vor informa reciproc una pe alta cu privire la orice modificare în legislația națională care afectează aplicarea prezentului Acord.

Articolul 17

Comisia mixtă

1 — Comisia mixtă este stabilită și compusă din reprezentanți ai ambelor Părți, în scopul de a determina condițiile de implementare a prezentului Acord, și anume sub forma unui Protocol.

2 — Reprezentanți ai altor instituții pot fi invitați să participe la ședințele Comisiei mixte.

3 — Comisia mixtă este competentă să:

a) consulte privind stabilirea serviciilor regulate de pasageri, și anume cu privire la subiectul ce ține de condițiile operaționale;

b) convină asupra stabilirii unei cote anuale de autorizații, cum este stipulat în articolul 6;

c) propună spre aprobare orice modificare a listei de scutiri de autorizații de transport prevăzute în articolul 5 și articolul 7;

d) stabilească formele autorizațiilor și ale documentelor de control prevăzute în alineatul 4 al articolului 6;

e) convină asupra condițiilor de autorizare a transporturilor triunghiulare;

f) rezolve orice subiect ce ține de aplicarea prezentului Acord;

g) adopte orice măsură necesară pentru promovarea transporturilor internaționale de mărfuri și de pasageri, între teritoriile Părților.

4 — Comisia mixtă va desfășura ședințele sale, în mod alternativ, pe teritoriile Părților, la solicitarea autorităților competente ale uneia din Părți.

CAPITOLUL V

Dispoziții finale

Articolul 18

Soluționarea litigiilor

1 — Orice litigiu cu privire la interpretarea sau aplicarea prezentului Acord va fi soluționat în cadrul Comisiei mixte.

2 — În cazul în care Comisia mixtă nu poate ajunge la un acord, Părțile vor soluționa litigiul prin intermediul negocierilor, prin canale diplomatice.

Articolul 19

Intrarea în vigoare

Prezentul Acord va intra în vigoare la cea de-a treizecea zi din data primirii ultimei notificări, în scris și prin canale diplomatice, despre îndeplinirea de către fiecare Parte a procedurilor interne necesare pentru intrarea în vigoare a prezentului Acord.

Articolul 20

Compatibilitatea cu alte Tratat

Dispozițiile acestui Acord nu vor afecta drepturile și obligațiile Părților în ceea ce privește alte tratate internaționale la care acestea sunt parte.

Articolul 21

Amendamente

1 — La solicitarea uneia din Părți, acest Acord poate fi modificat în baza unui consimțămînt reciproc prezentat în formă scrisă.

2 — Modificările vor intra în vigoare, în conformitate cu procedura stabilită în articolul 19 al prezentului Acord.

Articolul 22

Durata și Denunțarea

1 — Prezentul Acord va rămîne în vigoare pentru o perioadă de timp nelimitată.

2 — Fiecare Parte poate denunța prezentul Acord cu cel puțin trei luni înainte de sfârșitul fiecărui an calendaristic.

3 — Denunțarea va fi notificată, în scris și prin canale diplomatice. În acest caz, Acordul va înceta să fie în vigoare, începînd cu 1 ianuarie a următorului an calendaristic.

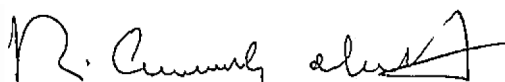
Articolul 23

Înregistrare

Partea pe teritoriul căreia prezentul Acord este semnat îl va transmite spre înregistrare la Secretariatul Națiunilor Unite, în conformitate cu articolul 102 al Statutului Organizației Națiunilor Unite, și va notifica cealaltă Parte cu privire la îndeplinirea acestei proceduri, indicând numărul respectiv de înregistrare.

Încheiat la Lisabona la 28 mai 2014, în două exemplare originale, în limbile, portugheză, română și engleză, toate textele fiind egal autentice. În cazul apariției unor divergențe de interpretare, textul în limba engleză al Acordului va prevala.

Pentru Republica Portugheză:



Pentru Republica Moldova:



**AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC
AND THE REPUBLIC OF MOLDOVA ON INTERNATIONAL
ROAD TRANSPORT OF PASSENGERS AND GOODS**

The Portuguese Republic and the Republic of Moldova, hereinafter referred to as the “Parties”:

Wishing to contribute to the development of trade and economic relations between their countries;

Determined to promote co-operation in road transport within the framework of the market economy;

Concerned about environmental protection, the rational use of energy, road safety, including the improvement of driving conditions, namely the social provisions on driving and rest periods;

Recognizing the mutual advantages and interest of an agreement on road transport;

agree as follows:

CHAPTER I

General provisions

Article 1

Scope

The present Agreement applies to international road transport of passengers and goods and entitles operators established on the territory of either Party to transport passengers and goods by road between the territories of the Parties or in transit through them.

Article 2

Definitions

For the purpose of this Agreement:

a) A “Transport Operator” is any individual or legal person duly registered and authorised in the territory of either Party:

- i) To engage in the international transport of passengers or goods by road for hire or reward;
- ii) To perform transport on own account;

b) A “Vehicle” means:

i) In the case of transport of passengers, any motor vehicle intended for carriage of passengers with more than nine seats — including the driver’s seat;

ii) In the case of transport of goods, any lorry, tractor, trailer or semi-trailer, as well as any articulated vehicle or a combination of lorry and trailer, provided that at least the motor vehicle is registered in the territory of either Party and owned by the transport operator or put at his disposal by means of a leasing or hiring contract;

c) “Cabotage” means transport services performed by a transport operator of one of the Parties between two points situated on the territory of the other Party;

d) “Transit” is the transport performed by a transport operator established in one of the Parties through the territory of the other Party without taking or leaving there any passengers or goods;

e) “Triangular transport” is the transport performed by a transport operator registered in one of the Parties, between the territory of the other Party and a third country, provided that the territory of the other Party is either destination or origin of the transport operation.

CHAPTER II

Transport of passengers

Article 3

Types of services

1 — The transport services of passengers to be performed under the provisions of this Agreement may be:

- a) Regular services;
- b) Occasional services.

2 — “Regular services” are services which provide for the carriage of passengers on specified routes, according to previously determined itinerary, schedule, fares and stopping points for collecting and setting down passengers.

3 — “Occasional services” are services which do not fall within the definition of regular services.

Article 4

Regime of authorization

1 — Apart from the exceptions referred to in paragraph 1 of article 5, any passenger transport services performed under this Agreement are subject to an authorization granted by the competent authority of the other Party on the basis of reciprocity.

2 — In what regards regular services:

a) The establishment of a regular service, as well as the modification of the operating conditions thereof, will be authorised by common agreement between the competent authorities of the Parties, provided that an approval is obtained from the competent authorities of the transit countries, whenever necessary;

b) An authorization granted by the competent authority of a Party will be valid on that part of the route which is situated on the territory of the same Party;

c) The authorization for each regular service will be granted on the basis of the principle of reciprocity, unless concrete situations prevent the application of such prin-

principle, in which case the authorizations shall be granted to the applicant;

d) The term of validity of an authorization cannot exceed five years.

3 — In what regards occasional services:

a) Occasional services between the two countries or in transit through their territories, performed under this Agreement, apart from the exceptions referred to in paragraph 1 of article 5, are subject to an authorization granted by the competent authority of the other Party on the basis of the principle of reciprocity;

b) Competent authorities of the Parties issue authorization for transport operators for the part of the route on their territories;

c) Each occasional service needs a separate authorization valid only for one trip, unless otherwise stated in the authorization;

d) Each authorization should be numbered, signed and stamped by the competent issuing authority.

Article 5

Transport services exempted from authorization

1 — The following occasional services do not require authorization:

a) “Closed-door tours”, i.e. services whereby the same vehicle carries the same group of passengers throughout the journey and brings them back to the place of departure, provided that the place of departure and destination is situated on the territory of the Party where the vehicle is registered;

b) Services involving a laden journey from a place of departure situated on the territory of the Party where the vehicle is registered to a place of destination situated on the territory of the other Party, followed by an empty journey back to the place of departure;

c) Services including an unladen journey entering the territory of the other Party, followed by a laden journey, provided that all passengers are picked up in the same place and that:

i) They are grouped by a transport contract concluded before they enter the territory of the other Party; or

ii) They have been previously carried by the same transport operator to the territory of the other Party; or

iii) They have been invited to come to the territory of the Party where the transport operator is established, the costs of transport being at the charge of the person responsible for the invitation;

d) Unladen runs of a passenger vehicle sent to replace a vehicle, which has broken down in another country, in order to continue the carriage of passengers under cover of the waybill of the broken down vehicle.

2 — Services exempted from authorization under the provisions of paragraph 1 of this Article shall be carried out under cover of a control document to be established by the Joint Committee mentioned in article 17 of this Agreement.

CHAPTER III

Transport of goods

Article 6

Regime of authorization

1 — Apart from the exceptions referred to in article 7, the transport of goods for hire or reward or on own account performed under the provisions of this Agreement by a transport operator established on the territory of one of the Parties, by means of a motor vehicle registered in the same Party, is subject to an authorization granted by the competent authority of the other Party within the limits of the quota to be fixed annually by common agreement between the competent authorities of the Parties.

2 — A part of the quota referred to in paragraph 1 of this Article may be used by transport operators established on the territory of one of the Parties to perform transports between the territory of the other Party and a third country (triangular transports).

3 — The competent authorities of both Parties may agree on the following two types of authorizations:

a) Journey authorizations, valid for one journey; or

b) Yearly authorizations, valid for the respective calendar year.

4 — The period of validity of each authorization is from the 1st of January of each year to the 31st of January of the next year.

5 — The forms for authorizations and control documents as required by this Agreement shall be established by the Joint Committee mentioned in article 17 of the present Agreement.

Article 7

Transport services exempted from authorization

1 — The following transports are exempted from authorization:

a) Transport of goods in motor vehicles the permissible laden mass of which, including that of trailers, does not exceed 3,5 tons;

b) Transport or towing of vehicles which are damaged or have broken down by specialized breakdown repair vehicles;

c) Unladen runs by a goods vehicle sent to replace a vehicle which has broken down in another country and also the return run, after repair, of the vehicle that had broken down;

d) Transport of medical supplies and equipment needed for emergencies, particularly in response to natural disasters as well as for humanitarian aid;

e) Transport of works and objects for fairs and exhibitions;

f) Transport for non commercial purposes of material, accessories and animals to or from theatrical, musical, film, sportive, circus performances or fairs, as well as transport of material intended for radio recordings or for film or television production;

g) Transport of mail as public service;

h) Transport of bodies and remains of the dead.

2 — Exceptions stipulated in subparagraphs e) and f) of this article are valid only if the goods are subject to return

to the country of registration of the vehicle or are carried to the territory of a third country.

CHAPTER IV

Common provisions

Article 8

Cabotage

Performance of transport services by a transport operator of one of the Parties between two points situated on the territory of the other Party is forbidden, unless there is a specific authorization of the competent authority of this other Party.

Article 9

Fiscal regime

1 — Vehicles which are registered on the territory of one Party and are temporarily admitted into the territory of the other Party to perform transport services in accordance with this Agreement shall be exempt, on the basis of the principle of reciprocity, from taxes on the possession and circulation of vehicles, levied on the territory of the other Party.

2 — The provision of paragraph 1 of this article shall not apply to tolls or charges related to the use of motorways, similar infrastructures, bridges and tunnels, neither to services performed by heavy and non-standard dimension vehicles, nor vehicles carrying dangerous goods, which shall be levied on the basis of the principle of non discrimination.

Article 10

Customs regime

1 — In transport operations carried out under this Agreement, the exemption from import duties, as well as other charges will be mutually granted to:

- a) Fuel contained in the normal tanks of the vehicles, which have been built-in by the vehicle's manufacturer;
- b) Lubricants in the necessary quantity to ensure the maintenance of the vehicle during the journey;
- c) Spare parts and instruments meant for repairing a vehicle performing international transport operations.

2 — Each Party shall allow the temporary admission of spare parts meant for repairing a vehicle performing international transport operations, under this Agreement, provided that the non used parts or those having been replaced shall be re-exported or destroyed, in accordance with the law in force on the territory of the respective Party.

Article 11

Weight and dimensions of vehicles

1 — In what concerns weights and dimensions of vehicles, each Party undertakes not to submit vehicles registered in the territory of the other Party to more severe conditions than those that are imposed on vehicles registered in its own country.

2 — When the weight and /or the dimensions of a vehicle of one of the Parties, loaded or unloaded, exceeds the maximum limits admissible on the territory of the other Party, a special authorization is required from the competent authority of this Party.

3 — Whenever the authorization stipulates that the vehicle must use a specific itinerary, it shall be valid only for that itinerary.

Article 12

Sanctions

1 — If a transport operator of one of the Parties, or his driving personnel, when on the territory of the other Party, infringes the provisions of this Agreement or its national legislation, the competent authority of the Party where the transport operator is established shall, at the request of the competent authority of the other Party, adopt one of the following measures:

- a) Issue a warning; or
- b) Withdraw, on a temporary or permanent basis, partially or totally, the right to perform transports under the provisions of this Agreement on the territory of the Party where the infringement has been committed.

2 — The competent authority that requested the adoption of a sanction shall be informed, as soon as possible, of its effective adoption.

3 — The provisions of this article shall apply without prejudice of any sanction provided for by the national legislation of the Party in whose territory the infringement was committed.

Article 13

Control

The authorizations — or a certified copy thereof in the case of regular passenger services — as well as any control document required under the provisions of this Agreement shall be carried on board of the vehicle and be presented upon request of the control authorities.

Article 14

Additional Provisions

1 — The Law in force in both Parties shall apply in all matters that are not regulated by the provisions of this Agreement or by other international agreements which are binding for both Parties.

2 — Authorizations and permits, as required under the provisions of this Agreement, are personal and not transferable.

Article 15

Competent Authorities

1 — The competent authorities for implementing this Agreement are:

- a) For the Portuguese Republic:

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., Av. das Forças Armadas, 40, 1649-022 Lisboa, Ph.: 00351-21-7949172/3, Fax: 00351-21-7949003;

- b) For the Republic of Moldova:

Ministry of Transport and Road Industry, 162, Stefan cel Mare și Sfint Bd., MD-2004, Chisinau, Ph.: 00373-22-820711, Fax: 00373-22-546564.

2 — The competent authorities stipulated in paragraph 1 of this article, shall contact each other directly.

Article 16

Implementation of the Agreement

The competent authorities of the Parties shall keep each other mutually informed of any change in national law affecting the application of the present Agreement.

Article 17

Joint Committee

1 — A Joint Committee is established, composed of representatives of both Parties, in order to define the conditions for implementing this Agreement, namely in the form of a Protocol.

2 — Representatives of other institutions may be invited to participate in the Joint Committee meetings.

3 — The Joint Committee is competent to:

a) Advise on the establishment of regular passenger services, namely on what concerns their operational conditions;

b) Agree on the establishment of a yearly quota as referred to in article 6;

c) Submit for approval any changes to the list of exemptions from authorization for transport foreseen in article 5 and in article 7;

d) Agree on the forms for authorization and control documents as stipulated in paragraph 4 of article 6;

e) Agree on the conditions of the authorization of triangular transports;

f) Settle any questions arising from the application of the present Agreement;

g) Adopt any measures needed to promote international transports both of goods and passengers, between the territories of the Parties.

4 — The Joint Committee shall hold its meetings alternately on the territories of the Parties at the request of the competent authorities of either Party.

CHAPTER V

Final provisions

Article 18

Settlement of Disputes

1 — Any dispute concerning the interpretation or application of the present Agreement shall be settled within the Joint Committee.

2 — If the Joint Committee cannot reach agreement, the Parties shall settle the disputes by negotiation, through diplomatic channels.

Article 19

Entry into Force

The present Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the receipt of the last notification, in writing and through diplomatic channels, stating that all the internal procedures of both Parties required for the purpose have been fulfilled.

Article 20

Compatibility with other Treaties

The provisions of this Agreement will not affect the Parties' rights and obligations regarding other international treaties that they are part of.

Article 21

Amendments

1 — At the request of either Party, this Agreement may be amended on the basis of mutual written consent.

2 — The amendments shall enter into force according to the procedure established in article 19 of the present Agreement.

Article 22

Duration and Denunciation

1 — The present Agreement shall remain in force for an indeterminate period of time.

2 — Each Party may denounce the present Agreement at least three months before the end of each calendar year.

3 — The denunciation shall be notified, in writing and through diplomatic channels, producing its effects on the first of January of the next calendar year.

Article 23

Registration

The Party in which territory the present Agreement is signed shall transmit it for registration to the Secretariat of the United Nations, according to article 102 of the Charter of the United Nations, and shall notify the other Party of the conclusion of this proceeding, indicating the respective number of registration.

Done in Lisbon on the 28th of May 2014, in two originals, in Portuguese, Romanian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text of the Agreement shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Moldova:


**NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS,
EDUCAÇÃO E ECONOMIA****Portaria n.º 70/2017**

de 20 de fevereiro

O Decreto-Lei n.º 35-B/2016, de 30 de junho, aprovou um mecanismo de correção cambial das remunerações e abonos fixados em euros dos trabalhadores das diferentes carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos, incluindo os coordenadores, os adjuntos de coordenação, os docentes integrados na rede de ensino de português no estrangeiro e o pessoal dos centros culturais portugueses do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., bem como dos trabalhadores da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e do Turismo de Portugal, I. P., que exercem funções na dependência funcional dos chefes de missão diplomática.